



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
SECRETARIA DE INOVAÇÃO, DESENVOLVIMENTO RURAL E IRRIGAÇÃO - SDI
COMISSÃO EXECUTIVA DO PLANO DA LAVOURA CACAUEIRA CEPLAC
COORDENACAO-GERAL DE OPERAÇÕES ESTRATÉGICAS PARA O CACAU - CGOEC
COORDENACAO DE PARCERIAS TÉCNICAS - COTEC

MEMORANDO DE ENTENDIMENTO

MAPA-INIA

MEMORANDO DE ENTENDIMENTO ENTRE O INSTITUTO N/ AGRARIA DA REPÚBLICA DO PERÚ E O MINISTÉRIO DA A ABASTECIMENTO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL.

O presente Memorando de Entendimento ("MdE"), vigente na data de sua publicação, é celebrado entre o **INSTITUTO NACIONAL DE INNOVACIÓN AGRARIA - INIA**, pessoa jurídica de direito público interno e autonomia técnica vinculada ao **Ministério de Desenvolvimento Agrário e Irrigação - MIDAGRI** da República do Peru, por meio da lei nº 31075, representada pelo Chefe Institucional **JORGE JUAN GANOZA RONCAL**, designado temporariamente pela Resolução Suprema nº 004-2022-MIDAGRI e o **MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO – MAPA**, da República Federativa do Brasil, órgão da administração federal direta, com sua estrutura regimental e quadro demonstrativo de cargos e funções conforme disposto na Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019 e no Decreto nº 10.827, de 30 de setembro de 2021, publicado na Sessão 1, do DOU de 01 de outubro de 2021, tendo sua sede principal na Esplanada dos Ministérios, Bloco D, CEP: 70043-900 - Brasília - DF, Brasil, neste ato representado pelo **Secretário de Inovação, Desenvolvimento Sustentável e Irrigação (SDI) CLEBER OLIVEIRA SOARES**, nomeado pela Portaria nº 1.073, publicada no DOU em 05 de setembro de 2022, com delegação de competência conferida pela Portaria nº 337, de 04 de novembro de 2020, as partes chegaram ao seguinte entendimento:

REFERINDO-SE ao Acordo entre a República do Peru e a República Federativa do Brasil relativo à Cooperação em Ciência e Tecnologia, firmado em 16 de outubro de 1979, que fornece o quadro legal para que a República Federativa do Brasil colabore com o INIA.

CONSIDERANDO QUE o MAPA, por intermédio da Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (CEPLAC), é responsável por “Promover, estimular, coordenar e executar programas e projetos de geração, difusão e transferência de tecnologias para o cultivo do cacau; desenvolver ações voltadas ao apoio agroeconômico às regiões produtoras de cacau”, atuando em seis estados do Brasil (Bahia, Espírito Santo, Pará, Amazonas, Rondônia e Mato Grosso), em colaboração com diversas instituições de Ciência e Tecnologia, nacionais e internacionais, nas áreas de melhoramento genético, sistemas de produção, manejo e fitopatologia, dentre outras, e é reconhecida como uma das instituições que mais gera conhecimento sobre a cultura do cacau, em especial, sobre as principais doenças do cacaueiro.

CONSIDERANDO QUE o INIA é responsável por “desenvolver atividades de pesquisa, transferência de tecnologia, conservação e uso de recursos genéticos, bem como a produção de sementes, mudas e reprodutores de alto valor genético” para várias culturas agrícolas, incluindo a cultura do cacau.

CONSIDERANDO QUE o INIA e o MAPA, por intermédio da CEPLAC, têm interesses comuns e juntos podem promover o desenvolvimento de atividades de pesquisa científica, validação, divulgação e intercâmbio de conhecimentos, nas áreas de qualidade do cacau com foco em níveis de cadmio, sistemas de produção, resistência à Monilíase do cacaueiro (seleção de materiais genéticos resistentes e bioinsumos) e adaptação às mudanças climáticas.

CONSIDERANDO QUE o MAPA tem a autoridade legal para celebrar este MdE de acordo com a competência assegurada nos itens I e II do art. 42, do Decreto 10.253/2020 e o INIA tem a autoridade legal para celebrar o presente MdE nos termos do Decreto Legislativo 1060, seu Regulamento aprovado pelo Decreto Supremo N° 040-2008-AG e o Decreto Supremo N° 010-2014-MINAGRI, modificado pelo Decreto Supremo 004-2018-MINAGRI.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETIVOS E ÁREAS DE COLABORAÇÃO

1.1. O INIA e o MAPA/CEPLAC trabalharão em colaboração para desenvolver cooperação com os seguintes objetivos:

- Realizar estudos nas áreas de qualidade do cacau com foco em níveis de cadmio, sistemas de produção, resistência à Monilíase do cacaueiro e adaptação às mudanças climáticas;
- Facilitar a troca de informações sobre atividades de Pesquisa e Desenvolvimento de interesse de ambas Instituições, respeitando a confiabilidade, resguardando a propriedade intelectual das partes e os interesses de terceiros e atuando de acordo com o estabelecido na legislação em vigor;
- Facilitar o intercâmbio de pesquisadores e técnicos para a realização de pesquisas relacionadas ao tema deste acordo;
- Promover e divulgar conjuntamente os resultados das pesquisas por meio de publicações e eventos científicos; e
- Realizar estádios e treinamentos para técnicos de ambos países para troca de conhecimento.

2. CLÁUSULA SEGUNDA - RESPONSABILIDADE DAS PARTES

2.1. O INIA concorda em:

- Facilitar o acesso as instalações dos diferentes Programas, conforme necessário para a execução das atividades dos Projetos no âmbito deste MdE;
- Realizar os procedimentos necessários para acesso a recursos genéticos, para importação e exportação de material genético para fins de pesquisa, seguindo os procedimentos estabelecidos pelas autoridades competentes;
- Nomear um técnico como contraparte para a coordenação logística e aspectos técnico-científicos;
- Elaborar em conjunto os protocolos de implementação dos Anexos Técnicos;
- Permitir a participação de pesquisadores e técnicos nas diferentes atividades a serem executadas nos Projetos que serão implementados por meio deste MdE;
- Colaborar com as equipes de campo, casas de vegetação e laboratório para cumprir os objetivos propostos neste MdE;
- Implementar e estabelecer os testes de campo e / ou laboratórios, casa de vegetação que estão definidos nos anexos técnicos;
- Facilitar a participação de pesquisadores em eventos de treinamento, intercâmbio e divulgação;
- Elaborar em conjunto relatórios técnicos semestrais sobre o andamento dos projetos para apresentação dos resultados;

- Cumprir os prazos propostos nos Projetos, valendo-se das obrigações estipuladas no MdE;
- Com as informações obtidas na pesquisa, participar em conjunto com o MAPA/CEPLAC na produção de artigos científicos; e
- Está proibido qualquer transferência dos clones de cacaueteiro de propriedade do MAPA/CEPLAC e transferida pelo acordo para o INIA, para qualquer outra instituição ou país, sem prévia autorização formal do MAPA/CEPLAC.

2.2. O MAPA, por intermédio da CEPLAC, concorda em:

- Facilitar a participação de seus pesquisadores para o desenvolvimento de atividades conjuntas, eventos de treinamento, intercâmbio e divulgação;
- Efetuar os procedimentos necessários à importação e exportação de material genético para fins de pesquisa;
- Nomear técnicos como contrapartida para o planejamento, execução e avaliação das atividades do MdE;
- Permitir a participação de pesquisadores e técnicos nas diferentes atividades a serem executadas nos Projetos que serão implementados no âmbito deste MdE;
- Fornecer bens e serviços necessários à execução das atividades programadas para cumprir os objetivos da pesquisa;
- Elaborar em conjunto os protocolos de implementação dos Termos Aditivos;
- Elaborar em conjunto relatórios técnicos semestrais sobre o andamento dos projetos para apresentação dos resultados, no âmbito deste MdE;
- Com as informações obtidas na pesquisa, participar em conjunto com o INIA na produção de artigos científicos; e
- Está proibido qualquer transferência dos clones de cacaueteiro de propriedade do INIA e transferida pelo acordo para ao MAPA/CEPLAC, para qualquer outra instituição ou país, sem prévia autorização formal do INIA.

3. CLÁUSULA TERCEIRA - IMPLEMENTAÇÃO DOS PROJETOS ESPECÍFICOS

3.1. As Partes formarão um acordo por escrito em separado para cada iniciativa ou projeto específico decorrente deste MdE que exija o comprometimento de fundos e outros recursos de ambas as Partes ou que, de outra forma, exija documentos escritos vinculativos que reflitam o entendimento mútuo das Partes em detalhes de planejamento, desenvolvimento e implementação do projeto ("Acordo do Projeto").

4. CLÁUSULA QUARTA - FINANCIAMENTO

4.1. Este MdE não cria nenhuma obrigação financeira ou compromisso de pessoal ou outros recursos por parte de qualquer das Partes. Todas as atividades realizadas nos termos do presente MdE estarão sujeitas a financiamento disponível.

5. CLÁUSULA QUINTA - REPRESENTANTES

5.1. Representante institucional. Cada Parte, pelo presente, designa um representante institucional.

5.2. O representante institucional do INIA terá autoridade para assinar este MdE e emendas ou renovações, encerrar este MdE e interpretar os termos e condições, conforme necessário. O representante institucional do Instituto INIA é o seguinte:

JORGE JUAN GANOZA RONCAL

Chefe

INSTITUTO NACIONAL DE INNOVACIÓN AGRARIA (INIA)

Av. La Molina 1981, La Molina – Lima

jefatura@inia.gob.pe

Tel: (+51-01- 2402100) – Ramal 250

5.3. O representante institucional do MAPA poderá propor modificações neste MdE e interpretar os termos e condições, conforme necessário. O representante institucional do MAPA é o seguinte:

CLEBER OLIVEIRA SOARES

SECRETÁRIO DE INOVAÇÃO, DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E IRRIGAÇÃO

Esplanada dos Ministérios, Bloco D, 8º andar, Sala 816

Brasília/DF – CEP: 70.043-900 - sdi@agro.gov.br

Tel: (61) 3218-2461/ 3218-2949

5.4. **Contato do Projeto.** Cada Parte designa um contato de projeto que será responsável pela supervisão das atividades descritas aqui e será o ponto de contato para as atividades diárias relativas à implementação deste MdE. O contato do projeto servirá como o principal ponto de contato para este MdE e para quem as comunicações devem ser enviadas, salvo especificação em contrário no presente MdE. O contato do Projeto não terá autoridade para executar ou encerrar este MdE ou emenda-lo. Cada Acordo de Projeto também incluirá um contato do Projeto. Os contatos de projeto para as respectivas Partes são os seguintes:

INIA:

INSTITUTO NACIONAL DE INNOVACIÓN AGRARIA (INIA)

Av. La Molina 1981, La Molina – Lima

Contato: Diretor Geral de Recursos Genéticos e Biotecnologia

Tel: (+51-01- 2402100) – Ramal 315

MAPA:

COMISSÃO EXECUTIVA DO PLANO DA LAVOURA CACAUEIRA (CEPLAC)

Zona Cívico-Administrativa Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Bloco D, 7º andar, sala 750 - Brasília - DF, 70043-900

Diretor: Waldeck Pinto de Araújo Júnior

E-mail: ceplac.diretoria@agricultura.gov.br

5.5. Cada Parte reserva-se o direito de substituir, mediante aviso prévio e sujeito à aprovação da outra Parte, o representante institucional ou o contato de projeto.

6. CLÁUSULA SEXTA - DIVULGAÇÃO AO PÚBLICO

6.1. Ambas as Partes poderão divulgar ao público a existência deste MdE e informações a respeito de atividades e projetos aqui contemplados, de acordo com suas respectivas políticas de divulgação de informações. Nada neste MdE será considerado confidencial.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - UTILIZAÇÃO DE NOMES E MARCAS

7.1. Cada Parte pode usar o nome e/ou marca da outra Parte ao anunciar e promover esta colaboração ou um Acordo de Projeto específico, desde que todas os idiomas e frases relativas ou que se refiram à outra Parte sejam previamente aprovadas por escrito pela outra Parte através dos contatos do projeto. Exceto quando permitido por este parágrafo, nenhuma Parte deve referir-se à outra Parte ou utilizar nome, logo ou marcas comerciais da outra Parte de qualquer forma ou através de qualquer meio, escrito, oral ou visual, para qualquer fim, incluindo, mas não se limitando a publicidade, marketing, promoção, publicidade, solicitação ou angariação de fundos, sem a aprovação prévia por escrito da outra Parte.

8. CLÁUSULA OITAVA - DISSEMINAÇÃO DA PESQUISA/PROPRIEDADE INTELECTUAL

8.1. Como princípio geral, as Partes incentivarão seus membros a publicar e divulgar todo conhecimento e informação derivados de pesquisas realizadas no âmbito deste MdE Para projetos de pesquisa colaborativos iniciados em conjunto, as Partes compartilharão livremente dados, publicações e assessoria técnica.

8.2. Cada Parte manterá todos os direitos, incluindo direitos autorais, sobre a propriedade intelectual produzida ou contribuída exclusivamente por seus funcionários, agentes e contratados nos termos do presente MdE. As Partes cooperarão na identificação de propriedade intelectual que seja exclusivamente o trabalho de uma Parte e daquela que é um produto de um esforço colaborativo.

9. CLÁUSULA NONA - NÃO DISCRIMINAÇÃO

9.1. Na administração deste MdE ou de quaisquer Acordos de Projeto, as Partes não devem discriminar em qualquer base proibida pela lei aplicável, incluindo com base em raça, sexo, idade, incapacidade, etnia, religião ou origem nacional.

10. CLÁUSULA DÉCIMA - DURAÇÃO E RENOVAÇÃO

10.1. O presente MdE terá início na data de assinatura e continuará em vigor por cinco (5) anos, a menos que seja rescindido antes, de acordo com este MdE. As Partes podem renovar este MdE mediante consentimento mútuo por escrito.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DENÚNCIA

11.1. Qualquer uma das Partes pode rescindir este MdE por qualquer motivo antes de seu vencimento, apresentando um aviso escrito trinta (30) dias de sua intenção de rescindir ao representante institucional. Este MdE também pode ser rescindido a qualquer momento por mútuo acordo escrito das Partes. A rescisão de acordos de projetos específicos será regida pelos termos do acordo de prometo específico.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - RELACIONAMENTO DAS PARTES

12.1. Sob nenhuma circunstância, este MdE será interpretado como criando ou estabelecendo qualquer relacionamento formal, legal, de associação, parceria, *joint venture*, diretor/agente ou mestre/servidor entre as Partes.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - RESPONSABILIDADE

13.1. Na medida autorizada por lei, cada Parte é responsável por todas as reivindicações, responsabilidades, danos, julgamentos, resoluções e despesas ("reivindicações") decorrentes ou relacionadas a este MdE ou a qualquer projeto dele decorrente, exceto reivindicações decorrentes de uma negligência de uma Parte ou má conduta intencional. Cada parte é responsável pelos atos, omissões ou negligência de seus próprios administradores, servidores, funcionários, agentes e representantes agindo no âmbito de seu emprego no desempenho de suas respectivas responsabilidades sob este MdE.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - CONSIGNAÇÃO

14.1. Este MdE não pode ser imputado por nenhuma das Partes.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - RESOLUÇÃO DE DISPUTAS

15.1. Qualquer disputa decorrente deste MdE que não possa ser resolvida pelos contatos do projeto será resolvida por consulta ou negociação de boa-fé pelos representantes institucionais ou seus representantes, ou por qualquer outro meio mutuamente acordado pelas Partes.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - LÍNGUA OFICIAL

16.1. As partes concordam em executar fielmente e assinar duas cópias originais deste Memorando de Entendimento em português e espanhol, com cada versão tendo igual validade jurídica.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - MODIFICAÇÃO E RENÚNCIAS

17.1. Nenhuma alteração, emenda, troca, modificação ou renúncia de qualquer termo, provisão ou condição deste MdE será válida a menos que por escrito e assinada pelas autoridades competentes de ambas as Partes.

18. **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - FORÇA MAIOR**

18.1. As Partes reconhecem que este MdE ou qualquer projeto dele decorrente pode ser suspenso ou encerrado devido a um evento de força maior, incluindo, mas não se limitando a incendio, terremoto, epidemia, explosão, accidente, greve, ato de guerra, motim, perturbação civil, terrorismo, ato de Deus, estado, lei local ou nacional, decretos ou portarias, ou cualquier orden ejecutiva ou judicial, ou cualquier otra razón além do controle das Partes. Cada Parte notificará a outra Parte logo que tenha conocimiento de cualquier evento de fuerza mayor que possa atrasar ou impedir a execução. Em caso de força maior, as Partes consultar-se-ão mutuamente para determinar um cronograma revisado para o cumprimento ou para encerrar o MdE.

19. **CLÁUSULA DÉCIMA NONA - ACORDO INTEGRAL**

19.1. Os termos e condições aqui establecidos constituyen el acuerdo e entendimiento integral pelas Partes e entre elas e substituirão todas as outras comunicaciones, negociaciones, acuerdos e contratos, oralmente ou por escrito, com relação ao assunto aqui tratado.

20. **CLÁUSULA VIGÉSIMA - CONTRAPARTES; ASSINATURA**

20.1. Este MdE pode ser efetuado em duplicata e cada original deve ser igualmente eficaz. As assinaturas neste MdE enviadas em pdf são válidas e vinculantes como assinaturas originais.

Nós, os abaixo assinados, lemos e concordamos com este MdE.

Brasília-DF, 17 de outubro de 2022.

JORGE JUAN GANOZA RONCAL
CHEFE INSTITUCIONAL
INSTITUTO NACIONAL DE INNOVACIÓN AGRARIA (INIA)

CLEBER OLIVEIRA SOARES
SECRETÁRIO DE INOVAÇÃO, DESENVOLVIMENTO SUS

**MEMORÁNDUM DE ENTENDIMIENTO
MAPA-INIA**

**MEMORÁNDUM DE ENTENDIMIENTO ENTRE EL INSTITUTO NAC
AGRARIA DE LA REPÚBLICA DEL PERÚ Y EL MINISTERIO DE AG
ABASTECIMIENTO DE LA REPÚBLICA FEDERATIVA DEL BRASIL**

El presente Memorándum de Entendimiento ("MdE"), vigente a la fecha de su publicación, se suscribe entre el **INSTITUTO NACIONAL DE INNOVACIÓN AGRARIA - INIA**, persona jurídica de derecho público interno y autonomía técnica vinculada al **Ministerio de Desarrollo Agrario y Riego - MIDAGRI** de la República del Perú a través de la ley nº 31075, representada por su jefe institucional **JORGE JUAN GANOZA RONCAL**, designado temporalmente por la Resolución Suprema nº 004-2022-MIDAGRI y el **MINISTERIO DE AGRICULTURA, GANADERIA Y ABASTECIMIENTO** de la República Federativa de Brasil ("**MAPA**"), organismo de la administración federal directa, con su estructura regimiental y cuadro demostrativo de cargos y funciones previsto en el Ley nº 13.844, de 18 de junio de 2019 y en el Decreto N° 10.827, de 30 de septiembre de 2021, publicado en la Sesión 1, del DOU de 01 de octubre de 2021, teniendo su sede principal en Esplanada dos Ministérios, Bloco D, CEP: 70043-900 - Brasília - DF, Brasil, En este acto representado por el Secretario de Innovación, Desarrollo Sostenible y Riego (SDI) **CLEBER OLIVEIRA SOARES**, designado por la Portaria nº 1.073, publicada en el DOU del 05 de Septiembre de 2022, con delegación de facultades conferida por la Portaria nº 337, del 04 de Noviembre de 2020, las partes han llegado al siguiente entendimiento:

CONSIDERANDO QUE el MAPA, a través del Comité Ejecutivo del Plan Cultivo del Cacao (CEPLAC), es responsable de "Promover, estimular, coordinar y ejecutar programas y proyectos para la generación, difusión y transferencia de tecnologías para el cultivo del cacao; desarrollar acciones dirigidas al apoyo agroeconómico a las regiones productoras de cacao", actuando en seis estados brasileños (Bahía, Espírito Santo, Pará, Amazonas, Rondônia y Mato Grosso), en colaboración con varias instituciones de Ciencia y Tecnología nacionales e internacionales, en las áreas de mejoramiento genético, sistemas de producción, manejo y fitopatología, entre otros, y es reconocida como una de las instituciones que más genera conocimiento sobre el cultivo del cacao, en particular, sobre las principales enfermedades del cacao.

CONSIDERANDO QUE el INIA es responsable de "desarrollar actividades de investigación, transferencia de tecnología, conservación y aprovechamiento de los recursos genéticos, así como la producción de semillas, plántulas y reproductores de alto valor genético" para diversos cultivos agrícolas, incluido el cacao.

CONSIDERANDO QUE INIA y MAPA, a través de CEPLAC, tienen intereses comunes y juntos pueden promover el desarrollo de actividades de investigación científica, validación, difusión e intercambio de conocimientos, en las áreas de calidad del cacao con enfoque en niveles de cadmio, sistemas de producción, resistencia a cacao Moniliasis (selección de materiales genéticos resistentes y bioinsumos) y adaptación al cambio climático.

CONSIDERANDO QUE el MAPA tiene la facultad legal para suscribir el presente MdE de conformidad con la competencia asegurada en los incisos I y II del art. 42, del Decreto 10.827/2021 y el INIA tiene la potestad legal para celebrar el presente MdE en los términos del Decreto Legislativo 1060, su Reglamento aprobado por Decreto Supremo N° 040-2008-AG y el Decreto Supremo N° 010-2014-MINAGRI, modificado por el Decreto Supremo 004-2018-MINAGRI.

POR LO TANTO, INIA y MAPA (colectivamente las "Partes") acuerdan:

21. **CLÁUSULA PRIMERA - OBJETIVOS Y ÁREAS DE COLABORACIÓN**

21.1. INIA y MAPA/CEPLAC trabajarán en forma colaborativa para desarrollar la cooperación con los siguientes objetivos:

- Realizar estudios en las áreas de calidad del cacao con enfoque en niveles de cadmio, sistemas de producción, resistencia a la Moniliasis del cacao y adaptación al cambio climático;

- Facilitar el intercambio de información sobre actividades de Investigación y Desarrollo de interés para ambas Instituciones, respetando la confiabilidad, salvaguardando la propiedad intelectual de las partes y los intereses de terceros y actuando de conformidad con lo establecido en la legislación vigente;
- Facilitar el intercambio de investigadores y técnicos para la realización de investigaciones relacionadas con el objeto de este convenio;
- Promover y difundir conjuntamente los resultados de la investigación a través de publicaciones y eventos científicos;
- Realizar estancias y capacitaciones a técnicos de ambos países para el intercambio de conocimientos.

22. **CLÁUSULA SEGUNDA - RESPONSABILIDAD DE LAS PARTES**

22.1. El INIA concuerda en:

- Facilitar el acceso a las instalaciones de los diferentes Programas, según sea necesario para la ejecución de las actividades del Proyecto dentro del alcance de este MdE;
- Realizar los trámites necesarios para el acceso a los recursos genéticos, para la importación y exportación de material genético con fines de investigación, siguiendo los procedimientos establecidos por las autoridades competentes;
- Designar un técnico como contraparte para la coordinación logística y aspectos técnico-científicos;
- Elaborar en forma conjunta los protocolos para la implementación de los Anexos Técnicos;
- Permitir la participación de investigadores y técnicos en las diferentes actividades a realizar en los Proyectos que se implementarán a través de este MdE;
- Colaborar con equipos de campo, invernaderos y laboratorio para cumplir con los objetivos propuestos en este MdE;
- Implementar y establecer las pruebas de campo y/o laboratorios, invernadero que se definen en los anexos técnicos;
- Facilitar la participación de investigadores en eventos de formación, intercambio y difusión;
- Preparar conjuntamente informes técnicos semestrales sobre el avance de los proyectos para presentar los resultados;
- Cumplir con los plazos propuestos en los Proyectos, haciendo uso de las obligaciones estipuladas en el MdE.
- Con la información obtenida en la investigación, participar junto al MAPA/CEPLAC en la producción de artículos científicos.
- Queda prohibida toda transferencia de clones de cacao propiedad de MAPA/CEPLAC y transferidos por convenio del INIA a cualquier otra institución o país sin previa autorización formal de MAPA/CEPLAC.

22.2. El Mapa, por intermedio de CEPLAC, concuerda en:

- Facilitar la participación de sus investigadores para el desarrollo de actividades conjuntas, eventos de capacitación, intercambio y difusión;
- Realizar los trámites necesarios para la importación y exportación de material genético con fines de investigación;
- Designar técnicos como contrapartes para la planificación, ejecución y evaluación de las actividades del MdE;
- Permitir la participación de investigadores y técnicos en las diferentes actividades a realizar en los Proyectos que se implementarán en el ámbito de este MdE;
- Proveer los bienes y servicios necesarios para la ejecución de las actividades programadas para el cumplimiento de los objetivos de la investigación;
- Elaborar en forma conjunta los protocolos para la implementación de las Adendas;
- Preparar conjuntamente informes técnicos semestrales sobre el avance de los proyectos para presentar los resultados, en el ámbito de este MdE;
- Con la información obtenida en la investigación, participar junto con el INIA en la producción de artículos científicos;
- Queda prohibida cualquier transferencia de clones de cacao propiedad del INIA y transferidos por convenio con el MAPA/CEPLAC, a cualquier otra institución o país, sin previa autorización formal del INIA.

23. **CLÁUSULA TERCERA - IMPLEMENTACIÓN DE LOS PROYECTOS ESPECÍFICOS**

23.1. Las Partes formarán un acuerdo por escrito para cada iniciativa o proyecto específico que surja de este MdE que requiera el compromiso de fondos y otros recursos de ambas Partes o que de otro modo requiera documentos escritos vinculantes que reflejen el entendimiento mutuo de las Partes en los detalles de la planificación del proyecto, desarrollo e implementación ("Acuerdo de Proyecto").

24. **CLÁUSULA CUARTA - FINANCIAMIENTO**

24.1. Este MdE no genera ninguna obligación financiera o compromiso de personal u otros recursos por parte de cualquiera de las Partes. Todas las actividades realizadas en virtud de este MdE estarán sujetas al financiamiento disponible.

25. **CLÁUSULA QUINTA - REPRESENTANTES**

25.1. Representante institucional. Cada Parte designa un representante institucional.

25.2. El representante institucional del INIA tendrá la facultad de firmar este MdE y sus modificaciones o renovaciones, dar por terminado este MdE e interpretar los términos y condiciones según sea necesario. El representante institucional del INIA es el siguiente:

JORGE JUAN GANOZA RONCAL

Jefe
INSTITUTO NACIONAL DE INNOVACIÓN AGRARIA (INIA)
Av. La Molina 1981, La Molina – Lima
jefatura@inia.gob.pe
Tel: (+51-01- 2402100) – Anexo 250

25.3. El representante institucional del MAPA podrá proponer modificaciones al presente MdE e interpretar los términos y condiciones, según sea necesario. El representante institucional del MAPA es el siguiente:

CLEBER OLIVEIRA SOARES
SECRETARIO DE INNOVACIÓN, DESARROLLO SOSTENIBLE Y RIEGO
Esplanada dos Ministerios, Bloque D, Piso 8, Salón 816
Brasilia/DF - Código Postal: 70.043-900 sdi@agro.gov.br
Teléfono: (5561) 3218-2461/ 3218-2949

25.4. **Contacto del proyecto.** Cada Parte designa un contacto del proyecto que será responsable de supervisar las actividades descritas aquí y será el punto de contacto para las actividades diarias relacionadas con la implementación de este MdE. El contacto del proyecto servirá como el principal punto de contacto para este MdE y a quien se deben enviar las comunicaciones, a menos que se especifique lo contrario en este MdE. El contacto del Proyecto no tendrá la autoridad para ejecutar o rescindir este MdE o modificarlo. Cada Acuerdo de Proyecto también incluirá un contacto del Proyecto. Los contactos del proyecto para las respectivas Partes son los siguientes:

INIA:
INSTITUTO NACIONAL DE INNOVACIÓN AGRARIA (INIA)
AV. La Molina 1981, La Molina – Lima
Contacto: Director General de Recursos Genéticos y Biotecnología
Tel: (+51-01-2402100) – Anexo 315

MAPA:
Comité Ejecutivo Plan de Cultivo de Cacao (CEPLAC)
Zona Cívico-Administrativa Ministerio de Agricultura , Ganadería y Abastecimiento, Bloque D, piso 7, sala 750 - Brasilia - DF, 70043-900
Director: Waldeck Pinto de Araújo Júnior
Correo electrónico: ceplac.diretoria@agricultura.gov.br

25.5. Cada Parte se reserva el derecho de reemplazar, previo aviso y sujeto a la aprobación de la otra Parte, el representante institucional o contacto del proyecto.

26. **CLÁUSULA SEXTA - DIVULGACIÓN AL PÚBLICO**

26.1. Ambas Partes podrán divulgar al público la existencia de este MdE e información sobre las actividades y proyectos contemplados en el mismo, de conformidad con sus respectivas políticas de divulgación de información. Nada en este MdE se considerará confidencial.

27. **CLÁUSULA SÉPTIMA - USO DE NOMBRES Y MARCAS**

27.1. Cada Parte podrá utilizar el nombre y/o la marca de la otra Parte cuando anuncie y promueva esta colaboración o un Acuerdo de Proyecto específico, siempre que todos los idiomas y frases relacionados o referidos a la otra Parte sean previamente aprobados por escrito por la otra Parte a través de los contactos del proyecto. Salvo lo permitido por este párrafo, ninguna de las Partes se referirá a la otra Parte ni utilizará el nombre, el logotipo o las marcas comerciales de la otra Parte de ninguna forma o por ningún medio, escrito, oral o visual, para ningún propósito, incluidos, entre otros, publicidad, marketing, promoción, publicidad, solicitud o recaudación de fondos, sin la aprobación previa por escrito de la otra Parte.

28. **CLÁUSULA OCTAVA - DIVULGACIÓN DE LA INVESTIGACIÓN/PROPIEDAD INTELECTUAL**

28.1. Como principio general, las Partes alentarán a sus miembros a publicar y difundir todo el conocimiento y la información derivados de la investigación realizada en virtud de este MdE. Para proyectos de investigación en colaboración iniciados conjuntamente, las Partes compartirán libremente datos, publicaciones y asesoramiento técnico.

28.2. Cada Parte conservará todos los derechos, incluidos los derechos de autor, sobre la propiedad intelectual producida o aportada únicamente por sus empleados, agentes y contratistas de conformidad con este MdE. Las Partes cooperarán en la identificación de la propiedad intelectual que sea exclusivamente obra de una Parte y que sea producto de un esfuerzo de colaboración.

29. **CLÁUSULA NOVENA - NO DISCRIMINACIÓN**

29.1. Al administrar este MdE o cualquier Acuerdo de Proyecto, las Partes no discriminarán por ningún motivo prohibido por la ley aplicable, incluso por motivos de raza, sexo, edad, discapacidad, etnia, religión u origen nacional.

30. **CLÁUSULA DÉCIMA - DURACIÓN Y RENOVACIÓN**

30.1. Este MdE comenzará en la fecha de la firma y permanecerá en vigor durante cinco (5) años a menos que se rescinda antes de acuerdo con este MdE. Las Partes pueden renovar este MdE por consentimiento mutuo por escrito.

31. **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMERA - DENUNCIA**

31.1. Cualquiera de las Partes puede rescindir este MdE por cualquier motivo antes de su vencimiento mediante notificación por escrito de treinta (30) días de su intención de rescindirlo al representante institucional. Este MdE también puede ser rescindido en cualquier momento por acuerdo mutuo por escrito de las Partes. La terminación de los acuerdos de proyectos específicos se regirá por los términos del acuerdo de compromiso específico.

32. **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - RELACIONAMIENTO DE LAS PARTES**

32.1. Bajo ninguna circunstancia se interpretará este MdE como la creación o el establecimiento de una relación formal, legal, de asociación, sociedad, empresa conjunta, director/agente o maestro/servidor entre las Partes.

33. **CLÁUSULA DÉCIMA TERCERA - RESPONSABILIDAD**

33.1. En la medida en que lo autorice la ley, cada Parte es responsable por todo reclamo, responsabilidad, daño, juicio, resolución y gasto ("reclamaciones") que surjan de o estén relacionados con este MdE o cualquier proyecto que surja del mismo, excepto las reclamaciones que surjan de la negligencia o mala conducta intencional de una Parte. Cada parte es responsable de los actos, omisiones o negligencia de sus propios funcionarios, empleados, agentes y representantes que actúen en el ejercicio de sus funciones en el desempeño de sus respectivas responsabilidades en virtud del presente MdE.

34. **CLÁUSULA DÉCIMA CUARTA - CONSIGNACIÓN**

34.1. Este MdE no podrá ser imputado por ninguna de las Partes.

35. **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - RESOLUCIÓN DE DISPUTAS**

35.1. Cualquier disputa que surja de este MdE que no pueda ser resuelta por los contactos del proyecto será resuelta mediante consulta o negociación de buena fe por parte de los representantes institucionales o sus representantes, o por cualquier otro medio acordado mutuamente por las Partes.

36. **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - LENGUA OFICIAL**

36.1. Las partes acuerdan ejecutar y firmar fielmente dos copias originales de este Memorándum de Entendimiento en portugués y español, teniendo cada versión igual validez legal.

37. **CLÁUSULA DÉCIMA SÉPTIMA - MODIFICACIONES Y RENUNCIAS**

37.1. Ninguna alteración, enmienda, intercambio, modificación o renuncia a cualquier término, disposición o condición de este MdE será válida a menos que sea por escrito y esté firmada por las autoridades competentes de ambas Partes.

38. **CLÁUSULA DÉCIMA OCTAVA - FUERZA MAYOR**

38.1. Las Partes reconocen que este MdE o cualquier proyecto que surja del mismo puede suspenderse o rescindirse debido a un evento de fuerza mayor, incluidos, entre otros, incendios, terremotos, epidemias, explosiones, accidentes, huelgas, actos de guerra, disturbios, disturbios civiles, terrorismo, caso fortuito, ley estatal, local o nacional, decretos u ordenanzas, o cualquier orden ejecutiva o judicial, o cualquier otro motivo fuera del control de las Partes. Cada Parte notificará a la otra Parte tan pronto como tenga conocimiento de cualquier evento de fuerza mayor que pueda retrasar o impedir el cumplimiento. En caso de fuerza mayor, las Partes se consultarán entre sí para determinar un calendario revisado para el cumplimiento o para rescindir el MdE.

39. **CLÁUSULA DÉCIMA NOVENA - ACUERDO INTEGRAL**

39.1. Los términos y condiciones establecidos en el presente constituyen el acuerdo y entendimiento completo por y entre las Partes y reemplazarán todas las demás comunicaciones, negociaciones, acuerdos y contratos, verbales o por escrito, con respecto al tema del presente.

40. **CLÁUSULA VIGÉSIMA - CONTRAPARTES; FIRMA**

40.1. Este MdE se puede hacer por duplicado y cada original debe ser igualmente efectivo. Las firmas en este MdE enviadas en pdf son válidas y vinculantes como firmas originales.

Nosotros, los abajo firmantes, hemos leído y estamos de acuerdo con este MDE.

Lima, Peru, 17 de octubre de 2022.

JORGE JUAN GANOZA RONCAL

JEFE

INSTITUTO NACIONAL DE INNOVACIÓN AGRARIA (INIA)

CLEBER OLIVEIRA SOARES

SECRETARIO DE INNOVACIÓN, DESARROLLO SOCIAL



Documento assinado eletronicamente por **Jorge Juan Ganoza Roncal**, **Usuário Externo**, em 20/10/2022, às 13:27, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **CLEBER OLIVEIRA SOARES**, **Secretário(a)**, em 21/10/2022, às 09:42, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site: https://sei.agro.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **24474806** e o código CRC **C6CDC5A4**.